

# Ulysses promete terminar sexta

AGÊNCIA ESTADO

Otimista com a possibilidade de grande acordo nas disposições transitórias da futura Constituição, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, anunciou ontem que o primeiro turno de votações terminará depois de amanhã. Diante da falta de quórum, ele manteve o otimismo, mas atrasou a previsão em um dia: os trabalhos do primeiro turno terminarão, segundo Ulysses, na sexta-feira. Para conseguir a proeza, o deputado paulista já conta com votações "pela manhã" e "até as 24 horas". Ulysses recebeu ontem cerca de 50 alunos de escolas públicas de primeiro grau e lhes disse que, "se tivesse o prestígio do Papai Noel", acabaria com a pobreza no País.

"Não há a menor chance", reagiu o líder peemedebista Mário Covas à previsão do presidente da Constituinte de encerrar o primeiro turno na sexta-feira. Coordenador das reuniões de lideranças partidárias, o senador acha impossível o prazo imaginado por Ulysses: "Ainda nem terminamos o artigo 4º, para o qual existem nada menos de 17 destaques, que, conforme as votações, podem ser reduzidos para 12", completou Covas, preferindo não marcar datas.

Também menos otimista que Ulysses, o líder do PL, deputado Adolfo Oliveira, arriscou um palpite: até a conclusão do primeiro turno serão necessários pelo menos mais dez dias, e isso "se muitos autores de emendas colaborarem e retirarem seus destaques. Caso contrário, vamos entrar pelo mês de julho votando as disposições transitórias".

A votação do artigo 5º promete ser não menos complicada: há 16 emendas que tentam ampliar a anistia aos militares prevista no texto básico do Centrão, aprovado há cerca de 15 dias. E a bancada governista vai fazer o possível para evitar a votação de destaques que a alterem. Segundo líderes que examinaram a questão ontem com o presidente Sarney, no Palácio do Planalto, vai permanecer a emenda do Centrão, pois os interessados em ampliar a anistia não conseguiram os 280 votos necessários para apresentar cada um dos destaques. Apesar da certeza de que "o líder do PMDB, senador Mário Covas, e seus aliados das esquerdas do partido, do PDT, do PCB e do PC do B" não atingirão o número de votos, o presidente da República "continua preocupado com o problema", como admitiram ontem os senadores Saldanha Derzi e Marcondes Gadelha e os deputados José Lourenço e Carlos Sant'Anna.

No meio militar, há quem considere o assunto anistia "praticamente terminado, concluído", como declarou ontem, em **Porto Alegre**, o comandante militar do Sul, general Clóvis Borges de Azambuja. Para ele, a anistia "já foi concedida até com alguns aspectos de paternismo".

Há na Constituinte uma emenda dos deputados Lysáneas Maciel (PDT-RJ) e Roberto Jefferson (PTB-RJ) que concede aposentadoria, e não anistia, aos marinheiros. Eles receberiam, como os demais aposentados, pelo INPS. Desaprovada pela maioria dos autores das 16 emendas que ampliam a anistia, a iniciativa dos deputados do Rio também não fará parte de acordo algum, já que ontem as lideranças concluíram ser impossível chegar a consenso, e a questão será decidida em plenário no voto.

Ontem mesmo foi aberto um precedente: o Tribunal Federal de Recursos concedeu ao ex-cabo Ubyraja de Câmara Pessoa, expulso da Aeronáutica em 1967, direito à anistia. O ministério ou deve reintegrá-lo ou colocá-lo na reserva ou reforma, com direito também a promoções e atrasados.



André Dusek

Reunidos, os líderes partidários concluem que não haverá consenso para questão da anistia

## Falta consenso para oito pontos

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

As lideranças partidárias reiniciaram ontem as negociações sobre as Disposições Transitórias, com a participação do PFL, que havia se retirado das reuniões de acordo na última quinta-feira. Pelo menos oito pontos não foram objeto de consenso e ficarão para o plenário da Constituinte definir se o texto do Centrão será alterado. Entre eles, destacam-se as eleições municipais, anistia dos militares, eliminação da cobrança da correção monetária para os agricultores e pequenos e microempresários, eleições no Distrito Federal, criação do estado do Triângulo Mineiro, "trens da alegria", sucessão nos cartórios, zona franca de

Manaus e forma de implantação do tabelamento dos juros bancários.

Durante as mais de sete horas de negociações de ontem, os constituintes avaliaram apenas cerca de 20 dos 72 artigos do texto do Centrão nas Disposições Transitórias. Foi possível, entretanto, definir que serão feitos vários blocos de artigos para os quais há acordo, que poderão ser apreciados em conjunto pelo plenário. Outra reunião será realizada hoje pela manhã.

Após definir a questão das eleições municipais e anistia dos militares, os dois próximos pontos polêmicos, os parlamentares votarão que os Estados terão um ano para adaptar as suas Constituições às alterações propostas na nova Carta.

Depois será a vez dos municípios, que terão seis meses para elaborar as suas leis.

REPÚDIO

As entidades que integram o Plenário Pró-Participação na Constituinte encaminham hoje ao presidente José Sarney uma moção de repúdio às suas declarações, na ONU, sobre a Constituição que está sendo elaborada. No texto lamenta-se que o presidente "tenha escolhido um país estrangeiro para atacar um dos poderes do Estado, e os resultados, ainda preliminares, do trabalho da Assembleia Nacional Constituinte, que deveria receber de v. exa. um tratamento digno de um chefe de Estado".

## Quércia pede duas semanas para substituir secretários

O governador Orestes Quércia pediu aos secretários dos Negócios Metropolitanos, Getúlio Hanashiro, e do Abastecimento, Antônio Arnaldo de Queiroz e Silva, e ao presidente da Paulistur, Nelson Fabiano, que esperem 15 dias antes de deixar o cargo, para ele escolher os substitutos. Os três cargos foram colocados ontem à disposição pelos ocupantes e pelo senador Mário Covas, que os havia indicado ao governador.

"Foram indicações políticas e agora que me afasto do partido é normal que o governador coloque quem ele quiser", justificou Mário Covas, que esteve domingo em São Paulo para participar de reunião com parlamentares paulistas sobre a formação do novo partido. Covas anunciou que deixa o PMDB tão logo o partido encontre um substituto para ele na liderança, ou, caso contrário, no dia seguinte à promulgação da Constituição. O senador

Fernando Henrique Cardoso, também presente à reunião, afirmou que a sua saída do PMDB se dará no máximo até o próximo dia 24, quando começa em Brasília a convenção nacional que vai fundar oficialmente o novo partido.

RIGOR

O ex-governador Franco Montoro, principal articulador da formação do partido que vai congrega grande parte dos dissidentes peemedebistas, quer que o novo partido tenha estatutos rigorosos "para que não surja à imagem e semelhança do PMDB". Pretende acabar com a figura do delegado permanente; eliminar o militante "caixa-de-sapato", que nas vésperas das convenções aparece com inúmeras filiações, e quer ainda que a direção não seja somente constituída por parlamentares.

No último domingo, em São Paulo, se realizou um encontro, com

cerca de 800 pessoas, para se discutir o perfil ideológico, social e político da nova entidade que nasce. Uma comissão vai redigir documento com as sugestões do Estado de São Paulo para os estatutos, que serão discutidos nos dias 24 e 25, em Brasília.

O principal ponto aprovado na plenária foi, além da defesa do parlamentarismo e do Estado democrático e moderno, privilegiar uma política de alianças com partidos progressistas. Para evitar o fisiologismo e o oportunismo, sugeriu-se a exigência de prazo mínimo para habilitar o filiado ao voto nas convenções; distinção entre militante e filiado; poder de emissão de censura a qualquer filiado do partido que não esteja acompanhando os preceitos fundamentais definidos no programa; e a realização de eleições primárias dentro do partido para escolha de candidatos aos cargos majoritários.

## Fiúza critica emenda Mansueto

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A anistia para os micro e pequenos empresários e produtores rurais que tomaram empréstimos bancários durante o Plano Cruzado não pode ser generalizado como defende a emenda do senador Mansueto de Lavour (PMDB-PE). A solução deve ser buscada examinando-se a situação de cada setor, para evitar que o perdão das dívidas termine por beneficiar quem na realidade não precisa de socorro. Essa é a proposta que o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) encaminha hoje ao presidente do Banco Central, Elmo Camões, e que já foi discutida com o ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega.

Fiúza sugeriu um esquema que procura corrigir a diferença entre a evolução dos preços dos produtos agrícolas e a correção monetária dos empréstimos. Para um plantador de soja, por exemplo, verifica-se a evolução do preço da saca do grão desde a tomada do empréstimo bancário. Neste caso, o preço aumentou mais do que a variação das OTNs portanto o agricultor não precisaria ser anistiado. Não é o caso, segundo Fiúza, dos pecuaristas, "pois quem tomou um empréstimo para comprar cinco vacas agora precisa vender 15 para saldar sua dívida".

A situação dos microempresários, na opinião do deputado, deve ser analisada caso a caso. Há seto-

res, garantiu Fiúza, que, apesar da retração das atividades econômicas após o fracasso do Cruzado, continuam trabalhando com lucros. O parlamentar acredita que somente o sistema bancário tem condições de verificar a real situação do amplo universo de micro e pequenos empresários e renegociar os empréstimos. O que o governo poderia fazer é congelar temporariamente a correção monetária para os casos de comprovada incapacidade de pagamento.

MAIS IMPOSTOS

Se a anistia aos micro e pequenos empresários e produtores rurais for aprovada, quem vai pagar a conta, mais uma vez, será o contribuinte. O alerta foi feito ontem pelo ministro Maílson da Nóbrega, através de sua assessoria de imprensa.

O raciocínio desenvolvido por Maílson é de que, com o perdão, os bancos privados deixarão de emprestar para os segmentos beneficiados. Caberia então ao setor público financiar esses setores, mas como os recursos são insuficientes, a única solução seria a complementação de verbas, através de impostos mais altos.

Maílson também rebateu a afirmação do ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR), segundo a qual o ministro "está mudando totalmente de casaca, posicionando-se ao lado do setor financeiro". Maílson esclareceu que nunca defendeu o final da correção monetária.



Ricardo Fiúza

## União tem só 90 bilhões para anistia

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A União poderá dispor do máximo Cz\$ 90 bilhões com a anistia aos microempresários e aos pequenos e médios produtores rurais. Essa foi a informação que o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, passou às lideranças do governo na Câmara e no Senado, por meio do secretário especial de assuntos econômicos, João Batista Camargo. É uma quantia 17,7 vezes menor que o prejuízo de Cz\$ 1,6 trilhão calculado pelo governo, na hipótese de aprovação da emenda Mansueto de

Lavour, que perdoa quem tomou empréstimos bancários durante o Plano Cruzado.

Reduziram-se também as diferenças de posições entre os autores das emendas que propõem a anistia e o Ministério da Fazenda. Uma proposta de fusão levada ontem ao ministério, diminuindo a amplitude do perdão das dívidas, permitiria reduzir o prejuízo, segundo cálculos preliminares, em pelo menos 50%. Além disso, o Banco Central verificou que 70% dos empresários já pagaram seus débitos. Dos 30% res-

tantes, apenas 12% estão inadimplentes.

O esboço de fusão de emendas tem como principais novidades o não perdão o principal da dívida e dos juros, mas estabelecer o "congelamento" da correção monetária por determinado período. Mesmo em meio ao clima de negociação entre constituintes e o governo, o Ministério da Fazenda ainda não está seguro de que haverá acordo. O conteúdo eleitoral do assunto, segundo assessores de Maílson, não deixa dúvida de que, se houver impasse, a tendência é aprovar a proposta original.

## Governadores reúnem-se sábado no Rio

PORTO ALEGRE  
AGÊNCIA ESTADO

Seis governadores e 92 constituintes do PMDB vão-se reunir no Rio de Janeiro, no próximo sábado, para articular a formação de uma chapa "progressista" para disputar, com o Centrão, a convenção nacional do partido marcada para o dia 21 de agosto. O anúncio foi feito ontem por uma comissão de parlamentares que começou, pelo Rio Grande do Sul, uma série de viagens pelos estados para obter apoio na disputa.

De acordo com o deputado Jorge Hage (BA), um dos membros da comissão, ainda não há nenhuma definição sobre os nomes que comporão a chapa. "O que está certo é que pretendemos lutar por um partido com perfil social-reformista. E não vamos aceitar a descaracterização do confronto", afirmou o parlamentar. "É preciso que haja vencedores e vencidos", acrescentou o senador José Fogaça (RS), que também integrou o grupo, junto com os senadores Nelson Wedekin (SC) e Márcio Lacerda (MT) e os deputados Antônio Britto (RS), Maurício Fruet (PR) e Márcio Braga (RJ). Os governadores que já estariam apoiando o confronto com o Centrão são Pedro Simon (RS) — que recebeu a comissão ontem à noite —, Waldir Pires (BA), Miguel Arraes (PE), Moreira Franco (RJ), Carlos Bezerra (MT) e Max Mauro (ES), havendo expectativa quanto à adesão de Pedro Ivo Campos (SC) e Alvaro Dias (PR).

Nelson Wedekin afirmou que, se o grupo for derrotado na convenção, poderá aderir maciçamente ao partido que os dissidentes peemedebistas estão organizando, "mas podemos permanecer no PMDB, se entendermos que há condições de uma vitória futura". Nos estados em que os "progressistas" não estão organizados, deverá ser designado um coordenador que tentará obter apoio para o confronto com o Centrão.